

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
27 – 29 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/397 (XII)

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO
NO MÉDIO-ORIENTE E NA PALESTINA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO-ORIENTE E NA PALESTINA

O presente relatório focaliza-se em torno do conflito israelo-palestiniano no qual relata as últimas evoluções. Uma parte resumida é consagrada ao Líbano onde continua a prevalecer uma instabilidade das consequências reais da paz e da segurança no país.

I. SITUAÇÃO NA PALESTINA

1. Desde a última Sessão do Conselho, a situação na Palestina conheceu uma evolução mitigada. Os esforços envidados pela Comunidade Internacional para insuflar uma nova dinâmica ao processo de paz não conheceram uma melhoria perceptível da situação nos territórios palestinos ocupados. O quotidiano das populações continuou a degradar-se enquanto que os problemas fundamentais que constituem o trama do conflito israelo-palestiniano ainda não conheceram uma solução. Em particular, a questão da colonização dos territórios ocupados que ressurgiu a luz das recentes decisões requerentes tomadas pelas autoridades israelitas um dia depois da reunião de Anápolis apesar das declarações e dos compromissos tomados pelas mesmas autoridades sobre uma apropriação da colonização. Por outro lado, os territórios ocupados são alvo de instabilidade e violência devido às rivalidades entre as facções rivais palestinos, as frequentes agressões israelitas e as violações dos direitos do Homem nos territórios.

Iniciativas diplomáticas e Conferência de Anápolis

2. Durante o período em análise, tomaram-se várias iniciativas diplomáticas pela Comunidade Internacional por um lado, pelos dirigentes israelitas e palestinos por outro lado a fim de tentar inscrever as negociações numa perspectiva susceptível de conduzir o processo de paz para novos horizontes. Também houve vários encontros entre o Presidente Mahmoud Abbas e o Primeiro Ministro Israelita, Senhor Ehud Olmert enquanto que a Secretária de Estado Americana, Senhora Condoleezza Rice efectuou várias visitas na região, antes da reunião sobre a paz, sob iniciativa do Presidente Bush que deveria ter lugar em Anápolis (EUA) a 27 de Novembro de 2007, ela tentou criar condições propícias para que as duas partes chegassem a um acordo.

3. O ponto geral de todas estas iniciativas foi a Conferência sobre a paz no Médio-Oriente que teve lugar em Anápolis (Estados Unidos), a 27 de Novembro de 2007 e reuniu para além de israelitas e palestinos cerca de cinquenta

países dos quais dezasseis países árabes bem como representantes de organizações internacionais. Nesta ocasião as duas partes chegaram a um acordo nos termos do qual elas aceitaram “a comprometer-se nas negociações contínuas e envidar esforços para alcançar um acordo antes do fim de 2008”. A primeira sessão de negociações entre israelitas e palestinianos após a Conferência de Anápolis, começou a 12 de Dezembro de 2007 em Jerusalém numa atmosfera de tensão marcada pela incursão de Tsahal na banda de Gaza que causou a morte de seis palestinianos e o anúncio, uma semana antes, da construção de novas habitações na colónia de Har Homa perto de Belém, o que aliás foi ressentido como uma verdadeira provocação da parte palestiniana, que encara o processo de paz irrisório enquanto a questão das colónias israelitas na Cijordânia não for solucionada. Com efeito, a permanente colonização israelita dos territórios ocupados da Palestina constitui uma das maiores ameaças para o estabelecimento de um estado Palestino independente e viável com vista a uma paz justa e duradoura entre Israelitas e Palestinos.

4. A Comunidade Internacional investiu igualmente no apoio financeiro à Palestina. É nesta óptica que teve lugar a Conferência dos Doadores a 17 de Dezembro de 2007 em Paris durante a qual anunciaram-se contribuições no valor de 7.4 milhões de dólares destinados a um plano de desenvolvimento da Palestina. É caso para se felicitar deste acto de solidariedade da Comunidade Internacional num contexto de deterioração constante da situação das populações nos territórios palestinianos. Mas, por outro lado, convém sublinhar que a eficácia de um tal ajuda só pode ser avaliada quando houver progressos positivos em que esse compromisso da comunidade internacional contribuirá para a resolução da problemática global do conflito israelo-palestino. É lá que reside o desafio do “após Anápolis”.

Os desafios do “após Anápolis”

5. Infelizmente, apesar dos esforços envidados para tentar concluir o processo de paz e criar um Estado Palestino independente e viável, depois de 15 anos de negociações intermitentes para a paz, as condições sócio-económicas e de segurança das populações palestinianas não cessam de degradar-se. Os desafios que se impõem hoje em dia são de ordem política, económica e de segurança e abrangem igualmente o domínio dos direitos do Homem.

Questões Políticas

6. Depois do golpe de Estado do Hamas na Faixa de Gaza, gerou-se uma nova realidade na Faixa de Gaza que minou a vida política e económica da Palestina.

7. Israel anunciou um “gesto de boa vontade” antes da reunião de paz patrocinada pelos EUA com a libertação de 86 prisioneiros palestinianos em

Novembro, mais 429 e depois mais 250 prisioneiros em Dezembro. Mas, os factos no terreno demonstram que esta decisão tomada pelo governo israelita não significa um “gesto de boa vontade”. Esta libertação de prisioneiros bastante mediatizada é vista subitamente como um artifício da parte de Israel, cujas acções realizadas um dia depois da Conferência de Anápolis poderiam pôr em risco as negociações iniciadas pelo dirigentes israelitas e palestinianos. Com efeito, depois do anúncio da reunião de Anápolis a 16 de Julho, Israel deteve um número de prisioneiros quatro vezes superior àquele que pretendia libertar. Entre 17 de Julho e 24 de Novembro de 2007, cerca de 1714 Palestinos foram presos, 1604 na Cijordânia e 110 na Faixa de Gaza incluindo 95 crianças.

8. Em menos de uma semana após os líderes Palestinos e Israelitas terem reafirmado o seu compromisso com vista à implementação integral dos compromissos do Roteiro estabelecido na Conferência de Anápolis, a Administração Fiduciária de Israel (ILA) lançou um concurso para a construção de 307 habitação novas na colónia de Har Homa (O território Palestino de Jabal Abu Ghneim) situado entre Jerusalém Leste palestino e Belém. Esta decisão do governo israelita em consolidar e expandir a sua colonização precisamente uma das medidas mais recentes que traduzem na prática a campanha os israelita isto é, massacres, espancamento detenção de Palestinos e aumento de restrições de circulação na Cijordânia.

9. A Autoridade Nacional Palestiniana (PNA) qualificou a acção do ILA como uma das maiores violações dos compromissos de Israel ao abrigo do Roteiro que mina completamente o processo político. A Autoridade Palestiniana exortou à comunidade internacional e em particular aos Estados Unidos, como mediador designado deste processo para que tomassem todas as medidas necessárias para inverter a situação criada por esta recente violação e de impedir qualquer violação futura de apropriação das colónias bem como novas construções, financiamento, incitações, confiscação de terras e migração de novos colonos. Por outro lado, a determinação do governo israelita em transferir a sua sede da polícia de Jerusalém na Cijordânia onde se encontra a sua maior colónia contradiz as suas declarações públicas como sendo um parceiro disposto em prol da paz. Esta decisão separará a Cijordânia em duas partes e Jerusalém Leste do resto da Cijordânia impedindo a contiguidade territorial de um futuro Estado da Palestina e igualmente que Jerusalém Leste seja designada capital desse estado. Isso significaria o fim de uma solução viável para a existência de dois – estados.

Questões de Segurança

10. A expansão e o reforço das forças de segurança palestinianas constituem um dos maiores desafios com os quais se confronta o Presidente Mahmoud Abbas e a Autoridade Palestiniana. Esta questão de interesse nacional é vital para os Palestínianos que se confrontam com uma dupla ameaça perante a sua própria segurança. Em primeiro lugar, eles enfrentaram as ameaças de segurança inerentes à ocupação militar israelita, os abusos e confrontos que resultaram tanto em mortes quer de combatentes como de inocentes . As forças de segurança bem como a Autoridade Palestiniana serviam constantemente de alvo de Israel durante a segunda rebelião Palestiniana. Esta situação levou à Autoridade Palestiniana a reforçar as forças de segurança governamentais. O Primeiro Ministro demonstrou o seu empenho nesta matéria através do plano de segurança do seu governo implementando a primeira etapa do plano relativamente à Cidade Nablus.

11. Conseguiu-se ultrapassar uma grande barreira em Nablus onde a Autoridade Palestiniana destacou cerca de 300 agentes da polícia palestiniana numa tentativa de repor a ordem numa cidade onde reinava a anarquia. Contudo, as incursões contínuas de Israel. Em Nablus depois do destacamento da polícia prejudicarem seriamente os esforços da Autoridade Palestiniana em restabelecer a sua legitimidade de repor a ordem na cidade. Neste momento, supõe-se que a situação tenha melhorado.

12. Contudo, as melhorias da situação de segurança tanto para os palestinianos como para os israelitas não podem ser separadas de dois outros aspectos essenciais relacionados aos progressos que deverão ser feitos. Em primeiro lugar, deve ficar bem claro que o processo diplomático conduz inexoravelmente ao restabelecimento de um Estado Palestíniano plenamente soberano e viável. Em segundo lugar, o progresso em matéria de segurança deve ser acompanhado de melhorias nas condições de vida do quotidiano do povo palestiniano, sobretudo o progresso económico bem como a melhoria de oportunidades de emprego e de uma moderação das restrições em matéria de circulação de bens e de pessoas.

Problemas Económicos

13 . Com o início da Segunda Intifada em Setembro de 2000, as condições económicas começaram a deteriorar-se seriamente nos Territórios Palestínianos. Não somente a Comunidade Internacional reduziu a verba de ajuda financeira como também os Palestínianos que trabalham em Israel perderam os seus empregos porque não podiam atravessar a fronteira com

Israel. Por outro lado, o turismo que antigamente era um importante alicerce económico desapareceu praticamente. Segundo os dados mais recentes do Banco Mundial, o crescimento do PIB dos Territórios Palestínianos diminuiu de 23% desde 1999. Cerca de 60% dos Palestínianos vivem actualmente abaixo do limiar da pobreza de \$2/dia e 3 Palestínianos sobre 5 estão desempregados.. A base dos problemas do Território Palestínianos reside essencialmente no seu estatuto de entidade não soberana. A exportação, as alfândegas e as importações são todos controlados por Israel. A Autoridade Palestiniana (PA) não pode fazer empréstimos nos mercados internacionais, não pode emitir títulos, nem imprimir notas bancárias. As exportações Palestinianas – na sua maioria, produtos de baixo valor – e a sua mão de obra periódica vão sobretudo para o Israel.

14. A recente vitória do Hamas nas eleições parlamentares agravou ainda mais este declínio económico. Os principais países financiadores da Palestina impuseram um boicote económico à Autoridade Palestiniana com efeitos devastadores cessando completamente toda a ajuda directa à Autoridade e limitando a assistência ao título dos esforços de medidas de emergência. Incontestavelmente, os resultados são devastadores para os dirigentes e para o próprio povo. Depois do boicote, ou seja já há alguns meses, a função pública palestiniana que conta com 160.000 funcionários não receberam salários regularmente. Por outro lado, a taxa do desemprego aumenta em parte devido as medidas de segurança rigorosas que impediram a um grande número de Palestínianos de procurar trabalho em Israel. O Banco Mundial estimou que a taxa de desemprego eleva-se a 40% por cento na Cijordânia e em Gaza, uma taxa demasiadamente elevada.

15. Além disso, desde o início do boicote há cerca de um ano, a Organização Mundial da Saúde estimou que 270.000 habitantes de Gaza dependem da ajuda alimentar. Este número passou de 377.000 pessoas após os combates interpalestínianos em Junho que culminaram com a tomada do poder pelo Hamas na Cijordânia.

16. Os Palestínianos vivem numa situação difícil tanto no plano político como económico. Por isso é que o Governo da Autoridade Palestiniana com o apoio do Presidente Mahmoud Abbas conseguiu obter durante a reunião de Paris um apoio financeiro enorme de (7,4 milhões de EU) a favor do Povo Palestiniano com vista a retirá-lo do abismo do limiar da pobreza. Violação dos Direitos do Homem nos Territórios Palestínianos.

17. Durante os últimos 40 anos, a ocupação de Israel na Cijordânia incluindo Jerusalém Leste e a Faixa de Gaza tinham como alvo tanto as terras como a população do Território Palestíniano Ocupado (OPT). As colónias de Israel – que não são simplesmente estruturas aleatórias de cimento, de aço e de asfalto – e o seu labirinto de estradas de vias distanciadas e de centenas de postos de controlo e restrições em matéria de circulação bem como o Muro de Mexação

são provas evidentes da expropriação e da subjugação do povo palestino, em violação aos seus direitos fundamentais ao abrigo da lei internacional. As Infra-estruturas físicas de ocupação são apoiadas por um sistema invisível de restrições administrativas e de ditaduras militares. As ordens militares servem de base de arbitragem para a expropriação de terras, a destruição de propriedades e a exclusão dos Palestinos das vastas parcelas de terra, enquanto que um regime de preceitos e de outras destruições em matéria de circulação sufocam a vida social, económica e cultural.

18. Desde o início da ocupação, centenas de milhares de Palestinos foram presos e detidos arbitrariamente, milhares deles, foram executados de forma extrajudicial e cerca de 115.000 foram forçados a se deslocarem no interior do país enquanto que mais de seis milhões de Palestinos refugiados não podem regressar à sua terra natal. A ocupação representa 41 anos de violações do direito internacional durante à qual Israel praticou uma política de controlo, de isolamento e de anexação de terras Palestinianas e de expropriação do povo palestino. A ocupação viola não só os direitos dos palestinos como indivíduos mas também os seus maiores direitos fundamentais como – povo – o direito da autodeterminação.

19. A situação actual na Palestina está a agravar-se cada vez mais em termos de violência evidente, com níveis sem precedente de pobreza e de desemprego, de deterioração do nível de vida e da ausência de um horizonte político. Se esta situação perdurar conduzirá a uma explosão.

20. Os frequentes ataques militares de Israel na Cijordânia e na Faixa de Gaza evidenciam uma vez mais a brecha entre a retórica de Israel e a realidade que ela impõe no terreno. Muitos Palestinos foram assassinados e centenas de outros feridos incluindo jornalistas, crianças e mulheres durante a invasão militar de Israel nos territórios ocupados da Palestina. Apesar das declarações de Israel segundo as quais o número de restrições em matéria de circulação na Cijordânia seria reduzido, o número de barreiras aumentou passando de 543 em Agosto de 2007 para 572 em Setembro de 2007. Com efeito, o aumento do número de restrições em matéria de circulação traduziu-se durante anos pelo aumento de 52% do número de barreiras desde 2005 que passou de 376 barreiras em Agosto de 2005 para 572 actualmente.

Jerusalém e os locais sagrados do Islão

21. A situação criada pelo aumento de restrições em matéria de circulação agravou-se porque Israel está a consolidar a separação de Jerusalém do resto da Cijordânia impondo restrições gerais à circulação dos Palestinos para e em proveniência da Cidade Santa. Estas restrições são constatadas todas as sextas-feiras quando os soldados israelita impedem a milhares de fiéis de se deslocarem a Jerusalém para participarem nas orações. As autoridades de ocupação israelitas fizeram escavações no Portal de Magharba da Cidade Velha

que conduz ao Complexo da Mesquita de Agha e o túnel foi construído sob uma colina sob a jurisdição das Autoridades de Waqf (a autoridade Islâmica que controla este complexo) e onde existem vestígios arqueológicos muçulmanos. Israel está a construir uma ponte igualmente para que a polícia e o exército israelitas tenham acesso directo ao complexo de Agha permitindo-lhes fazer incursões no sector sem nenhuma dificuldade. Por outro lado, as autoridades israelitas estão a demolir a colina de Magharba que serve de muro de protecção ao complexo o que corre o risco de destruir os alicerces da mesquita de Agha.

22. Israel escavou uma rede de túneis debaixo da mesquita de Al Agha e construiu uma série de sinagogas e um museu. Os riscos para os alicerces de Al Agha aumentou diariamente enquanto a mesquita permanecer ocupada. Israel esforça-se por suprimir qualquer vestígio dos sítios antigos no portal de Mughrbi para que o sector se torne unicamente judaico.

23. No dia 24 de Setembro de 2007, os militares israelitas deram ordem de confiscação de mais de 1.100 dunas de terras palestinianas em Abu Dis, Sawahreh, Nabi Mousa e em Al-Khan Al-Ahmar sob a governação de Jerusalém para a construção de uma estrada “especial” para os Palestínianos ligando Belém ao Leste da Cijordânia. A estrada será paralela às secções meridionais e orientais do Muro de Adumim fora do “bloco” de Adumim. Ela integra um projecto geral de Israel para substituir o contiguidade de território através do “contiguidade rodoviária” ligando artificialmente os centros urbanos palestinianos através de uma rede elaborada de estradas e túneis alternativos através de redes separadas – uma para Palestínianos e outra para os colonos Israelitas – na Cijordânia. O projecto de “Estradas e Túneis” inclui uma série de 24 túneis e 56 estradas para Palestínianos. Entretanto, Israel continua a construir uma auto-estrada para ligar entre si as colónias situadas dos dois lados do Muro e estas colónias com Israel. Estas redes de transporte servem para facilitar a expansão das colónias em toda a Cijordânia, sob ocupação israelita limitando qualquer desenvolvimento futuro da Palestina.

24.A Autoridade Nacional Palestiniana qualificou este recente decisão israelita como um entrave para todos os esforços envidados pela comunidade internacional para relançar o processo de paz e alcançar a solução de dois estados contíguos e um estado palestiniano viável. Estas medidas israelitas unilaterais demonstram uma vez mais a intenção de Israel em consolidar as colónias judaicas, em Jerusalém Leste apesar das promessas constantes do governo israelita aos Estados Unidos que não construiria no local. Estas actividades de colonização em Jerusalém Leste e nos seus arredores incluindo o Sector E-1 comprometem qualquer esperança para a “solução de dois – estados”.

25. Estas confiscação são particularmente inadmissíveis considerando quer coincidem com a reunião entre as equipas de negociações israelitas e palestinianas com vista à elaboração de um acordo sobre as questões

fundamentais do estatuto permanente após a reunião internacional de Anápolis sob a égide dos EUA.

Gaza, como “Entidade Inimiga”

26. Entretanto, Israel ameaça intensificar a sua base contínua e sem precedente de que agravará a punição colectiva dos 1,5 milhões de habitantes de Gaza sob o pretexto que a Faixa de Gaza é uma “entidade inimiga” – etiqueta sem qualquer fundamento em direito internacional. A implementação desta decisão conduzirá a vários desenvolvimento perigosos que agravarão ainda mais a situação na região a saber: 1. Imposição de uma punição colectiva (ilegal segundo o direito internacional) aos habitantes de Gaza que já sofrem do impacto nefasto das sanções económicas impostas em Janeiro de 2006; 2. A intensificação da situação de anarquia em Gaza; 3. A recrudescência da Crise Humanitária e económica existentes actualmente na Faixa de Gaza que impedirá todas as negociações sobre o estatuto final; 5. A criação de um Estado Palestino viável na Faixa de Gaza e na Cijordânia (incluindo Jerusalém Leste) transformando estes locais numa série de “Bantustões” fragmentados.

27. Além disso, Israel detém o controlo total das fronteiras terrestres da Faixa de Gaza, o registo do estado civil palestinianos, o espaço aéreo e marítimo. Estes factos provam que a Faixa de Gaza permanece num território ocupado bem como a Cijordânia incluindo Jerusalém Leste. Em consequência, Israel, como potência de ocupação tem obrigação legal de garantir a segurança e o bem estar da população civil da Faixa de Gaza. A utilização do termo “entidade inimiga” pelos serviços de segurança do governo israelita sem qualquer fundamento do direito internacional não alteram as obrigações legais de Israel para com a população civil palestiniana da Faixa de Gaza. Aliás, trata-se de uma má interpretação deliberada do direito internacional por Israel a fim de evitar assumir as obrigações legais.

28. Além dos ataques militares quotidianos de Israel, as sanções económicas, a estagnação da política, a desintegração social, os massacres e actos de maltrato a civis palestinianos, Israel decidiu várias vezes colocar a Faixa de Gaza em situação difícil através da redução do abastecimento de electricidade e de combustível e de outros serviços para a Faixa de Gaza. Esta decisão de limitar o abastecimento de electricidade e de combustível na Faixa de Gaza e de restringir mais as deslocações para e fora de Gaza agravará a actual crise humanitária. Além disso, as sanções constituem uma grave violação dos princípios fundamentais do direito humanitário internacional.

29. A declaração do Governo israelita reclama que as sanções propostas não afectarão em nada a situação humanitária na Faixa de Gaza é fraudulenta. As restrições em matéria de abastecimento de electricidade reduzirão consideravelmente a capacidade de funcionamento dos hospitais e dos centros de saúde. Além disso, estas limitações terão um impacto sobre todos os

aspectos da vida dos Palestínianos na Faixa de Gaza incluindo o funcionamento de bombas de água e serviços de saneamento básico.

30. Israel procura punir o povo palestíniano em Gaza reduzindo o abastecimento de electricidade e de combustível e o encerramento de pontos de passagem em Rafah e em Karni não permitindo a circulação para e fora de Gaza tendo por objectivo impedir a circulação de pessoas, bens e fundos. Gaza está completamente isolada do mundo exterior há mais de oito meses. A decisão de impedir as agências humanitárias internacionais de entrar em Gaza representa uma prova suplementar da gravidade da situação. Esta decisão bem como o facto de que Israel trata Gaza de “entidade inimiga” constituem uma declaração de guerra contra todos os palestínianos e uma punição colectiva de todos os residentes de Gaza.

31. O Ministro Israelita Ehud Barak ameaçou lançar uma invasão de larga escala em Gaza. Esta declaração de guerra contra o povo palestíniano sob pretexto de que Gaza é ((uma “entidade inimiga”)) terá consequências particularmente nefastas não somente sobre o processo de paz mas também e sobretudo sobre as populações civis. Ela deveria ser firmemente condenada pela Comunidade Internacional.

Ataques das autoridades prisionais Israelitas contra os prisioneiros palestínianos

32. Como prova de agressão contínua de Israel contra o povo palestíniano, as autoridades prisionais israelitas perpetraram um ataque violento contra os prisioneiros palestínianos no centro de detenção de Negev que provocou a morte de Mohaned Al Ashgar (de Tulkarem) causando ferimentos em pelo menos cerca de 255 pessoas incluindo ferimentos graves. Durante este ataque extremamente violento, uma unidade especial de militares israelitas assaltaram a prisão israelita no Deserto de Negev e pilharam as tendas dos prisioneiros. Eles bateram nos prisioneiros com catanas, usaram gás lacrimogénico, lançaram granadas e pilharam as tendas dos prisioneiros. Eles incendiaram várias tendas e destruíram os bens dos prisioneiros. O ataque constitui uma violação flagrante dos direitos dos prisioneiros palestínianos. Israel detém actualmente mais de 11.000 prisioneiros palestínianos incluindo 376 crianças com menos de 18 anos, 118 mulheres e pelo menos 950 “detidos administrativos” presos sem processo sem culpa formada. A maior parte dos prisioneiros são palestínianos prisioneiros políticos detidos por Israel por se oporem à ocupação. Os prisioneiros são frequentemente vítimas de tortura e as suas famílias não têm o direito de visitá-las.

33. A Autoridade Nacional Palestiniana fez um apelo à Comunidade Internacional para intervir no sentido de pôr fim às detenções generalizadas dos Palestínianos pelas autoridades israelitas, o tratamento desumano que eles

recebem na prisão, as violações quotidianas do direito internacional por Israel e incitar Israel a libertar todos os prisioneiros palestinianos.

34. Como conclusão eis o cenário que se impõe à comunidade internacional como sendo os maiores desafios a enfrentar se ela pretende levar a cabo as novas iniciativas de paz. Mas, o seu sucesso só pode ser encarado se estas inscreverem na sua perspectiva as questões essenciais que alimentam a conflito israelo-palestiniano na sua globalidade, compreendo a questão dos refugiados e de Jerusalém além das questões de segurança recorrentes. Mas ao mesmo tempo, cabe aos palestinianos demonstrar o sentido de unidade face ao ocupante. É a garantia do sucesso da luta pelos seus direitos inalienáveis a saber, a criação de um Estado Palestino independente e viável vivendo lado a lado e em paz com Israel. A União Africana e o resto da Comunidade Internacional deveriam orientar todos os seus esforços neste sentido.

II . SITUAÇÃO NO LÍBANO

35 . No meu relatório pertinente na última Sessão do Conselho Executivo, eu tinha informado ao Conselho sobre os graves desenvolvimentos ocorridos no Líbano e muito particularmente, os incidentes violentos ocorridos em Maio de 2007 entre o exército libanês e o grupo djihahista “Fatah Al-Islam” na parte setentrional do país. A vitória das tropas governamentais sobre este grupo infelizmente não preconizou o fim da instabilidade no país. Durante o período em análise, o Líbano continuou a sombrar numa crise de múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, no plano da segurança, a instabilidade continuou a prevalecer marcada pela campanha sucessiva de assassinatos políticos no país há mais de três anos. O assassinato em Dezembro último do general de Brigada, François Hajj, Director das operações militares ao mesmo tempo que outros quatro soldados constitui mais uma prova da escalada da violência política no Líbano.

36. Em seguida, no plano político, o Líbano está sem Presidente desde Novembro de 2007 depois do fim do mandato do Presidente Emile Lahoud, cujo sucessor não foi nomeado. Na altura da redacção do presente relatório, o Parlamento Libanês já tinha adiados 11 vez, na sua tentativa de eleger um Presidente, da qual uma nova data foi fixada para 12 de Janeiro de 2008. Se a maioria e a oposição já chegaram a um consenso sobre um determinado candidato, em ocorrência, o general Michel Suleiman, chefe de Estado Maior das Forças Armadas Libanesas, porém, ainda não chegaram a um acordo em relação à formação de um governo de unidade nacional. Além disso, a possibilidade – controvérsia – de uma emenda da constituição é encarada para permitir a eleição do general Suleiman.

37. Na base desta crise política prevalece uma situação humanitária dramática no país. As numerosas guerras que assolaram o país incluindo as agressões israelitas afectaram profundamente as populações na sua vida quotidiana como também as infra-estruturas. A amplitude das destruições implica um processo de

reconstrução particularmente custoso estimado a mais de 3 milhares de dólares. As autoridades libanesas multiplicaram os seus esforços para recolher os fundos necessários para a reconstrução junto à comunidade internacional. Mas, a instabilidade endémica que prevalece no país está na origem da morosidade da parte dos doadores em desbloquear os fundos. É ocasião de lançar um apelo à comunidade internacional para que ela invista decididamente na reconstrução do Líbano.

38. Concluindo, a situação do Líbano permanece extremamente frágil e os horizontes não parecem desenhar-se de imediato. No contexto actual, a comunidade internacional deveria redobrar esforços para ajudar este país martirizado durante tantos anos de guerra e de crises políticas repetidas a reerguer-se.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Report on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/3287>

Downloaded from African Union Common Repository